

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.168.161 - RS (2017/0230835-8)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **GLOBO INOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADO : **RENAN LEMOS VILLELA E OUTRO(S) - RS052572**
AGRAVADO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela GLOBOINOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA., que objetiva a admissão de recurso especial, no qual alega, entre outros argumentos, violação do art. 5º da Lei n. 6.830/1980 e do art. 6º, §7º, da Lei n. 11.101/2005, arguindo a impossibilidade da prática de atos de diminuição patrimonial, em especial de penhora de bens e de alienação de bens penhorados em sede de execução fiscal, em face de empresa em recuperação judicial.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

A questão jurídica referente à **possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal** foi submetida à Primeira Seção, para ser julgada pela sistemática dos recursos repetitivos, tendo sido escolhidos os Recursos Especiais ns. 1.694.261/SP, 1.694.316/SP e 1.712.484/SP, de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, como representativos da controvérsia.

Assim, encontrando-se o tema afetado à sistemática dos repetitivos, esta Corte orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC/2015.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes: EDcl no REsp 1.456.224/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AgRg no AREsp 552.103/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2014; AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23/5/2012. Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.588.019/GO, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 17/03/2016; REsp 1.533.443/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 17/03/2016.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Registre-se que essa medida visa evitar, também, o desmembramento do apelo especial e, em consequência, eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou da unicidade recursal.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia e em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

